

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE KITS INDIVIDUALIZADOS DE MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DURANTE O PERÍODO DE SUSPENSÃO DE AULAS POR CONTA DA PANDEMIA DO COVID-19, DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL".

Senhores fornecedores e interessados:

Visando a comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada de Edital e remetê-lo ao setor de licitações pelo e-mail cadastro licitação@cruzeiro.sp.gov.br. Dúvidas (12) 3600-3384.

A não remessa deste recibo exime a Prefeitura Municipal de Cruzeiro da responsabilidade da comunicação, por meio de e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Licitação:
Razão Social:
Tel.: ()
Responsável por licitação:
Email:
Data://
Assinatura:
Nome:
RG·



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL № 025/2021

PROCESSO Nº 2624/2021

TIPO DE LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS (MENOR PREÇO)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: **30/04/2021 – 09:30 horas**

OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE KITS INDIVIDUALIZADOS DE MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DURANTE O PERÍODO DE SUSPENSÃO DE AULAS POR CONTA DA PANDEMIA DO COVID-19, DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL".

O MUNICÍPIO DE CRUZEIRO, mediante o Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 134 de 13/01/2021, pelo Exmo. Prefeito, torna público para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL,** conforme disposto na Lei Federal nº. 10.520, de 17/07/2002.

A respectiva **Sessão de Processamento do Pregão** será realizada na data de **30/04/2021, com início às 09:30 horas, credenciamento até às 09:40h,** na sede Administrativa da Prefeitura Municipal de Cruzeiro, Rua Cel. José de Castro, 540, centro e será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

1 - DO OBJETO:

- 1.1 O presente Pregão tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE KITS INDIVIDUALIZADOS DE MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DURANTE O PERÍODO DE SUSPENSÃO DE AULAS POR CONTA DA PANDEMIA DO COVID-19, de acordo com especificações constantes no Anexo I do Edital.
- **1.2** A Administração fixa a estimativa de consumo e aquisição em torno de R\$ 1.431.075,56 (um milhão, quatrocentos e trinta e um mil, setenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos), que serão suportados por dotação específica, podendo a Administração adquirir quantidades/valores maiores ou menores, sempre dentro dos parâmetros de preços registrados neste Edital.

2 – DA PARTICIPAÇÃO:

2.1 – Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de credenciamento constantes deste Edital.



- **2.2** Esclarecendo ainda que as empresas interessadas poderão participar ou ofertar propostas, ao objeto desta licitação, onde será julgado **pelo menor valor total do lote.**
- 2.3 Não será permitida nesta licitação a participação de empresas:
- a) concordatárias ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;
- **b)** que em virtude de terem sido declaradas inidôneas, estejam com o direito de licitar ou contratar com a Administração Pública suspensos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- c) que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja a sua forma de constituição;

NOTA: A Administração não se responsabiliza pelo recebimento dos envelopes encaminhados pelos CORREIOS.

3 – DO CREDENCIAMENTO:

- **3.1** Para o credenciamento do representante ou procurador da empresa, deverão ser apresentados os seguintes documentos, **Fora dos Envelopes de "Habilitação" e "Proposta"**:
- a) tratando-se de **representante legal**, o Estatuto Social, Contrato Social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, devidamente autenticado, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- **b)** tratando-se de **procurador**, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem <u>poderes específicos</u> para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- **3.2** O Representante Legal ou Procurador deverá se identificar exibindo documento oficial de identificação que contenha foto (RG, CNH, etc.).
- **3.3** Será admitido apenas **1 (um)** representante para cada licitante credenciado.
- **3.4** No caso específico de **Micro Empresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP)**, deverá ser apresentada declaração informando que no decorrer do último mês não



houve o desenquadramento de sua condição, não tendo a mesma incorrido em nenhuma das situações previstas no art. 3º, § 4º, incisos I a X e § 6º da Lei Complementar 123 de 14/12/2006 (modelo - Anexo VI).

- **3.4.1** A falta de apresentação da declaração especificada acima não inabilitará o licitante, entretanto o mesmo não fará jus ao tratamento diferenciado previsto na respectiva Lei Complementar.
- **3.5** A ausência do credenciamento impedirá o licitante de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar aos recursos, ficando a cargo do Pregoeiro as decisões sobre questões não previstas no certame e legislação correlata, sempre em observância aos princípios constitucionais e licitatórios.

4 – <u>DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:</u>

- **4.1** − A "Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação", de acordo com modelo estabelecido no Anexo II, deverá ser apresentada fora dos Envelopes nº (s) 01 e 02.
- **4.2** A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados separadamente, em 2 (dois) envelopes não transparentes, fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa a identificação do licitante e os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇOS"

PREGÃO № 025/2021 PROCESSO № 2624/2021 PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO – SP

ENVELOPE № 02 – "HABILITAÇÃO"

PREGÃO № 025/2021 PROCESSO № 2624/2021 PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO – SP

5 – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA:



5.1 – A proposta, nos termos do item 4, subitem 4.2, deverá ser apresentada em papel timbrado da empresa, datilografada ou digitada, sem emendas nem rasuras, devendo ser identificada e assinada pelo representante legal do licitante ou pelo procurador, neste caso, juntando-se a procuração.

5.2 – A proposta deverá conter:

- a) razão social, CNPJ, número do Edital do Pregão, dia da abertura, endereço completo, número do telefone e e-mail, bem como os dados pessoais da pessoa habilitada para assinar a Ata de Registro de Preços;
- **b)** descrição do objeto da presente licitação em conformidade com as especificações constantes deste Edital;
- c) declaração expressa de estarem incluídos nos preços propostos todos os impostos, taxas, seguros, fretes, descontos, bonificações, bem como quaisquer outras despesas, diretas ou indiretas incidentes na execução do objeto, se houver, não estando embutidos encargos financeiros agregados ao seu valor econômico, estando, portanto, ofertado preço à vista;
- **d)** prazo de validade da proposta, no mínimo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;
- e) se por falha do proponente a proposta não indicar o prazo de sua validade, esta será considerada válida por 60 (sessenta) dias, independente de qualquer outra manifestação.
- **5.3** Não serão consideradas propostas com ofertas de vantagens não previstas neste Edital, nem preço ou vantagem baseado nas ofertas dos demais licitantes, sendo consideradas nulas e sem nenhum efeito as inserções às propostas não exigidas pelo presente Edital.
- **5.4** Depois de aberta, a proposta se acha vinculada ao Processo pelo seu prazo de validade, não sendo permitida sua retirada ou a desistência por parte do proponente.
- **5.5** Apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Edital.
- **5.6** O licitante somente poderá retirar sua proposta mediante requerimento dirigido ao Pregoeiro, antes da abertura do respectivo envelope, desde que caracterizado motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.



- **5.7** A omissão de qualquer despesa necessária ao perfeito fornecimento do objeto será interpretada como não existente ou já incluída no preço, não podendo o licitante pleitear acréscimo após a entrega da proposta.
- 5.8 O valor deverá ser expresso em Real (R\$) com 2 (duas) casas decimais.

<u>6 – DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO":</u>

6.1 – O envelope "Documentos para Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito a:

6.1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) Registro Comercial, no caso de *empresa individual*.
- **b)** Ato Constitutivo, Estatuto ou <u>Contrato Social em vigor</u>, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de <u>sociedades comerciais</u>.
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de <u>sociedades por ações</u>, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b" deste subitem.
- **d)** Ato Constitutivo atualizado e registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de <u>sociedades civis</u>, acompanhado de prova de diretoria em exercício.
- **e)** Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de <u>empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país</u>, quando a atividade assim o exigir.
- **f)** Os documentos relacionados nas alíneas "a" e "b" do subitem 6.1.1 não precisarão constar do envelope "Documentos para Habilitação", se apresentados para o credenciamento neste Pregão.

6.1.2 – REGULARIDADE FISCAL

- **a)** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), com situação cadastral atualizada.
- **b)** Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade que exerce e compatível com o objeto contratual.



- c) Prova de regularidade para com o Município (mobiliário) da sede e em nome da empresa licitante.
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (de acordo com a Resolução conjunta SF/PGE 03 de 13/08/2010) por meio da respectiva Certidão Negativa ou Certidão Positiva com efeito de negativa, com prazo de validade em vigor na forma da Lei.
- **e)** Tal exigência é indispensável para empresas inscritas no Estado de S. Paulo; empresas de outros Estados deverão apresentar certidão que comprove inequivocamente que as mesmas não possuem débito fiscal para com o seu estado de origem.
- **f)** Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional, através de Certidão Conjunta Negativa ou Certidão Positiva com efeito de negativa, de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as <u>contribuições sociais</u> previstas nas alíneas "a" e "d" do parágrafo único, art. 11 da Lei Federal 8212/91.
- g) Prova de regularidade perante o FGTS, através de certidão em vigor expedida pela Caixa Econômica Federal, demonstrando situação regular quanto aos recolhimentos (Lei Federal 8036/90).
- h) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas em nome do interessado com os mesmos efeitos da CNDT (Lei 12.440 de 07/07/2011).

i) DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Lei Complementar nº 123 de l4/12/2006 – Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte):

- **i.1** Caso as propostas apresentadas por **ME e EPP** sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de menor preço, lhes será assegurada preferência de contratação, situação denominada de empate.
- **i.2** A **ME ou EPP** mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.
- i.3 Em caso da ME ou EPP apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, será adjudicado o objeto a seu favor (LC 123/06, artigo 45, I).



- i.4 Em não ocorrendo a contratação da **ME ou EPP** mais bem classificada, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na Lei Complementar 123/06, na ordem classificatória para o exercício do mesmo direito (art. 45, II).
- i.5 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas **ME** (s) ou EPP (s) no intervalo de 5% (cinco por cento), será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta (art. 45, III).
- i.6 Na hipótese da não contratação, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame (art. 45, § 1º).

6.1.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante, com prazo não superior a 90 (noventa) dias da data de sua expedição.
- **a.1)** nas hipóteses em que a certidão de <u>recuperação judicial ou extrajudicial</u> encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

6.1.4 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- **a)** Apresentar atestado (s) de desempenho anterior, emitido em nome da empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando o fornecimento pertinente e compatível ao objeto desta licitação.
- **a.1)** A licitante poderá utilizar das prerrogativas contidas na Lei Federal nº 8666/93 e alterações, no caso de atestado fornecido por empresa de direito privado, para realizar diligências objetivando a verificação quanto à autenticidade, procedência e legitimidade relacionada ao referido documento para a comprovação do atendimento do objeto licitado.

6.1.5 – OUTRAS COMPROVAÇÕES

- a) Declaração de inexistência de fato impeditivo à sua participação na licitação, de que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensa de contratar com a Administração (modelo Anexo III).
- **b)** Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (modelo Anexo IV).



c) Declaração de que não possui, entre os proprietários, nenhum titular de mandato eletivo (modelo – Anexo V).

6.2 - DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO

- **6.2.1** A documentação exigida poderá ser apresentada no original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou através de impresso informatizado obtido via "Internet", com data de expedição não anterior a 90 (noventa) dias da data do encerramento da licitação, se outro prazo de validade não constar dos documentos.
- **6.2.2** Não serão aceitas cópias ilegíveis que não ofereçam condições de leitura por parte do Pregoeiro, bem como cópias em papel termo-sensível (papel de fax), cujo impresso pode se extinguir no processo.
- **6.2.3** As autenticações poderão também ser efetuadas pelo Pregoeiro ou membro da Equipe de Apoio, nos termos do artigo 32 da Lei Federal nº 8666/93 e alterações, no ato da abertura do envelope respectivo, desde que referidas cópias se façam acompanhar dos documentos originais, sendo esses últimos devolvidos após a autenticação requerida, ao representante legal presente.
- **6.2.4** É facultado aos licitantes a substituição dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, salvo aqueles abaixo excetuados, pelo **Certificado de Registro Cadastral CRC**, expedido pela Prefeitura Municipal de Cruzeiro, desde que em plena validade e com a qualificação pertinente ao seu ramo de atividade compatível com o objeto do certame.
- **6.2.5** Para a sua aceitação, o **CRC** deverá ter sido expedido de acordo com os artigos 28 a 31 da Lei Federal nº 8666/93 e alterações.
- **6.2.6** O **CRC** não substitui os documentos relacionados nos subitens **6.1.2** "c", "d", "f", "g", "h", "i" e **6.1.5** "a", "b", "c".
- **6.2.7** As **ME** (s) ou **EPP** (s), por ocasião da participação neste certame, deverão apresentar toda a documentação exigida para fins de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério desta Prefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do



débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

- **b)** A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do art. 4º, inciso XXIII da Lei Federal nº 10.520/2002.
- **6.2.8** Se o licitante for a matriz, todos documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7 – DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO:

- **7.1** No dia, hora e local designados, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando com o credenciamento dos interessados em participar do certame e encerrando quando todos os participantes declinarem da formulação de lances.
- **7.2** A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
- a) cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que apresentarem preço ou vantagem baseado nas propostas dos demais licitantes.
- **7.2.1** No tocante aos preços as propostas serão julgadas pelo critério de *"menor valor total do lote"*, nos termos do art. 45, § 1º, inciso I da Lei Federal nº 8666/93 e alterações, nos termos descritos no Anexo I.
- **7.3** As propostas classificadas serão selecionadas para a etapa de lances com os seguintes critérios:
- a) Seleção da proposta de menor preço e das demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;
- b) Não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três) e; no caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independente do número de licitantes.



- **7.4** O Pregoeiro convidará, individualmente, os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- **7.4.1** A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- **7.5** Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço, observada a redução indicada de no mínimo R\$ 50,00 (cinquenta reais) entre os lances.
- **7.6** A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes declinarem da formulação de lances.
- **7.6.1** Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades da legislação aplicável.
- **7.7** Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas nos lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.
- **7.8** O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução de preço.
- **7.9** Após a negociação, se houver, caberá ao Pregoeiro decidir motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.
- **7.10** A aceitabilidade será aferida <u>a partir dos preços de mercado</u> vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão competente **(Cotação de preços)**, que será juntada aos autos.
- **7.11** Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- **7.12** Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser sanadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:
- a) substituição e apresentação de documentos ou
- b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.



- **7.12.1** A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- **7.12.2** A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos ora exigidos, o licitante será inabilitado.
- **7.13** Para aferir o exato cumprimento das condições estabelecidas no item 6, o Pregoeiro, se necessário, diligenciará junto ao órgão emissor do Certificado de Registro Cadastral CRC apresentado.
- **7.14** Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, o licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.
- **7.15** Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências editalícias, o Pregoeiro examinará as ofertas subseqüentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a todas as exigências, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o material definido no objeto deste Edital.

8 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL:

- **8.1** Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.
- 8.2 O julgamento se dará no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- **8.3** Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.
- **8.4** As petições deverão ser protocoladas junto à Prefeitura Municipal de Cruzeiro, na Rua Coronel José de Castro, 540, centro, no horário das 08:00 às 12:00 horas, dirigidas ao Pregoeiro, que decidirá nos termos da lei.

<u>9 – DO RECURSO:</u>

9.1 – No final da sessão o licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, sob pena de preclusão, nos termos do art. 4º, inciso XX da Lei Federal nº 10.520/2002.



- **9.2** O prazo para o recurso será de 3 (três) dias úteis, com a apresentação de memoriais, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- **9.3** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- **9.4** A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao vencedor.
- **9.5** As razões deverão ser protocoladas junto a Prefeitura Municipal de Cruzeiro, devidamente assinadas por seus representantes, no horário das 08:00 às 12:00 horas.
- **9.5.1** Não protocolando na forma definida o Pregoeiro não apreciará o teor dos memoriais.
- **9.6** O processo permanecerá com vista franqueada aos interessados no Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Cruzeiro, na Rua Coronel José de Castro, 540, Centro.

10 – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO:

- **10.1** O objeto deverá ser entregue nas condições especificadas no anexo I, no município de Cruzeiro/SP, nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Educação.
- **10.1.1** A não entrega do objeto e/ou a não prestação do serviço, injustificada, no prazo solicitado, por apenas uma única vez, importará no direito da Administração convidar o segundo colocado no registro.
- **10.2** Serão rejeitados os produtos que não estiverem em bom estado de conservação, ou que por qualquer outra característica sejam considerados impróprios para o uso.
- **10.2.1** A empresa contratada ficará obrigada a fornecer os produtos da mesma marca por ela indicada na proposta de preços.
- **10.2.2** As entregas e/ou serviços em desacordo com o solicitado deverão ser corrigidos pelo proponente vencedor, dentro de 10 horas, sob pena de suspensão dos respectivos pagamentos, sendo que somente será devolvido o item considerado diverso do pedido.



10.3 – A CONTRATADA deverá apresentar: telefone, endereço eletrônico e responsável para contato e envio de pedidos.

11 – DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO:

- **11.1** Durante o prazo de validade da proposta o preço será o exposto na presente Ata de Registro de Preços, publicada no Órgão de Imprensa Oficial.
- **11.1.1** Os valores poderão ser reajustados na forma expressa no art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei Federal nº 8666/93 e alterações.
- **11.1.2** A Municipalidade poderá, a qualquer tempo, rever e reduzir os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, nos termos do disposto no art. 15, inciso V da Lei Federal nº 8666/93 e alterações.
- **11.2** O pagamento será efetuado através de Nota Fiscal/Fatura ou depósito bancário, que será precedido de pedido emitido pela Administração, que procederá o seu pagamento após a entrega do material e da NF, cuja descrição deverá ser idêntica aos materiais entregues e faturados.
- **11.3** O pagamento será realizado no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data da liquidação da Nota Fiscal/Fatura, com vistas do responsável pela gestão do contrato, não sendo admitida outra forma de pagamento, salvo se conciliado previamente entre as partes.
- **11.4** Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais disciplinando a matéria.

<u>12 – DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:</u>

12.1 – O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 04 (quatro) meses, podendo ser prorrogado, não sendo admitido reajuste dos preços registrados, exceto na ocorrência do previsto no subitem **11.1.1**.

<u>13 – DAS PENALIDADES:</u>

13.1 – O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantidas a defesa prévia e a ampla defesa, ficará impedido



de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e demais cominações legais, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002.

- **13.2** Pela inexecução total ou parcial do Registro em Ata, a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à Contratada as seguintes sanções:
- **13.2.1** Advertência.
- **13.2.2** Rescisão contratual no caso de descumprimento das obrigações, desde que notificado e não tenha solucionado o problema ou corrigidos os procedimentos de execução do objeto.
- **13.2.3** Multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor atualizado do contrato, em relação ao descumprimento dos prazos fixados, por dia de atraso injustificado.
- **13.2.4** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do contrato, por sua inexecução parcial.
- **13.2.5** Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor atualizado do contrato, por sua inexecução total.
- **13.2.6** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- **14.1** As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre os licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- **14.2** De todas as sessões públicas realizadas para esta licitação será lavrada Ata circunstanciada dos trabalhos, onde serão registradas as impugnações fundamentadas, porventura apresentadas pelos representantes legais presentes.
- **14.2.1** As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria Ata.
- **14.3** Todos os documentos de habilitação cujos envelopes forem abertos na sessão e as propostas serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.



- **14.4** O comunicado de abertura da licitação, bem como o resultado do presente certame serão divulgados através de publicação no Diário Oficial do Estado e em Jornal de Circulação Regional.
- **14.5** Os demais atos pertinentes como intimações, comunicados e outros relativos à presente licitação, quando necessários, serão formalizados através de publicação no Diário Oficial do Estado de S. Paulo.
- **14.6** Os envelopes contendo os documentos de habilitação dos demais licitantes serão devolvidos oportunamente, após a celebração do contrato ou instrumento equivalente.
- 14.7 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.
- **14.7.1** É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentação ou informação que deveria constar do ato da sessão pública.
- **14.7.2** As questões decorrentes da execução deste processo licitatório, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro de Cruzeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, ressalvados os direitos de recursos às instâncias legais superiores.
- **14.8** Julgada a licitação, após homologada a decisão deste Pregão, o licitante vencedor do certame será notificado para assinatura da Ata de Registro de Preços, conforme modelo anexo a este Edital, na presença de 2 (duas) testemunhas, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de decair do direito ao ajuste, sem prejuízo das sanções previstas na legislação em vigor.
- **14.9** É facultado à Administração, quando o proponente vencedor não atender à convocação para assinar a Ata de Registro de Preços ou instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos neste Edital e seus Anexos, convocar remanescentes, na ordem de classificação, nos termos do art. 4º, inciso XXIII da Lei Federal nº 10.520/2002, ou revogar a licitação.
- **14.10** Será vedado ao licitante vencedor ceder, sub-rogar, subcontratar ou transferir o contrato sem autorização prévia, expressa e por escrito desta Prefeitura.
- **14.10.1** Em caso de subcontratação expressamente autorizada, o licitante vencedor permanecerá solidariamente responsável pelo fornecimento do objeto licitado, tanto em relação à esta Prefeitura quanto perante terceiros, pelo perfeito cumprimento de todas as cláusulas e condições contratuais.



14.11 – A qualquer tempo esta licitação poderá ser anulada ou revogada, com amparo na legislação vigente.

14.12 – Integram o presente Edital:

Anexo I - Modelo de Proposta Comercial / Termo de Referência

Anexo II - Declaração de habilitação

Anexo III - Declaração de inexistência de fato impeditivo

Anexo IV - Declaração de que não emprega menor

Anexo V - Declaração de que não possui entre os proprietários nenhum titular de

mandato eletivo

Anexo VI - Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte

Anexo VII - Minuta da Ata de Registro de Preços

14.13 – Informações complementares que se fizerem necessárias deverão ser encaminhadas por escrito ao Pregoeiro, através do Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Cruzeiro, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas da data da sessão de pregão, no horário das 08:00 às 12:00 horas.

14.13.1 – Não será aceito, em nenhuma hipótese, o encaminhamento de outra forma ou fora do prazo estabelecido.

Cruzeiro, 20 de abril de 2021.

THALES GABRIEL FONSECA
Prefeito Municipal



PREGÃO PRESENCIAL № 025/2021

ANEXO I

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

NOME / RAZÃO SOCIAL:			
CNPJ nº			
Endereço:			
Representante Legal:		, RG	
CPF	, cargo que ocupa		

LOTE ÚNICO

Item	Quant.	Un.	Especificações	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	76.652	Kg.	ARROZ AGULHINHA TIPO 1 – PACOTES DE 1KG			
2	28.372	Pct.	FEIJÃO PRETO OU CARIOCA — TIPO 1 — PACOTES DE 1KG			
3	15.328	Pct.	LEITE EM PÓ (COMPOSTO LÁCTEO) – PACOTES DE 400GR.			
4	49.080	Pct.	MACARRÃO ESPAGUETE OU PARAFUSO— PACOTES DE 500GR.			
5	49.080	Un.	EXTRATO DE TOMATE EM EMBALAGENS INDIVIDUAIS DE 340GR.			
6	28.372	Pct.	FUBÁ – PACOTES DE 500GR			
7	20.708	Pct.	ACHOCOLATADO – PACOTES DE 400GR.			
8	49.080	Pct.	BISCOITO MAISENA EM PACOTES DE 200GR.			
9	28.372	Un.	EMBALAGEM EM POLIETILENO 60X50 RESISTENTE, COM CAPACIDADE PARA SUPORTAR ATÉ 25 KGS			

Valor Total do Lote: R\$



DESCRITIVO DOS MODELOS DA CESTA

MODELO A – CRECHES E PRÉ-ESCOLA

Nº ITENS	UN.	QTD.	PRODUTO		
2	KG.	15.328	ARROZ AGULHINHA TIPO 1 – PACOTES DE 1KG		
1	KG.	7.664	FEIJÃO PRETO OU CARIOCA – TIPO 1 – PACOTES DE 1KG		
2	PCT.	15.328	LEITE EM PÓ (COMPOSTO LÁCTEO) – PACOTES DE 400GR.		
1	PCT.	7.664	FUBÁ EM PACOTES DE 500 GR.		
1	PCT.	7.664	MACARRÃO ESPAGUETE OU PARAFUSO — PACOTES DE 500 GR.		
1	UN.	7.664	EXTRATO DE TOMATE EM EMBALAGENS INDIVIDUAIS DE 340GR		
1	UN.	7.664	BISCOITO MAISENA – PACOTES DE 200GR		
1	UN.	7.664	EMBALAGEM EM POLIETILENO 60X50 RESISTENTE, CAPACIDADE PARA SUPORTAR ATÉ 25KGS		

MODELO B - ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS E FINAIS

Nº ITENS	UN.	QTD.	PRODUTO	
3	KG.	61.324	ARROZ AGULHINHA TIPO 1 – PACOTES DE 1KG	
1	KG.	20.708	FEIJÃO PRETO OU CARIOCA – TIPO 1 – PACOTES DE 1KG	
1	PCT.	20.708	FUBÁ – PACOTES DE 500GR	
2	PCT.	41.416	MACARRÃO ESPAGUETE OU PARAFUSO— PACOTES DE 500GR	
1	PCT.	20.708	ACHOLATADO – PACOTES DE 400GR	
2	UN.	41.416	EXTRATO DE TOMATE EM EMBALAGENS INDIVIDUAIS DE 340GR	
2	PCT.	41.416	BISCOITO MAISENA – PACOTES DE 200GR	
1	UN.	20.708	EMBALAGEM EM POLIETILENO 60X50 RESISTENTE, CAPACIDADE PARA SUPORTAR ATÉ 25KGS	



PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

FORMA DE PAGAMENTO: 20 dias da data da liquidação da nota fiscal/fatura.

OBSERVAÇÕES:

- 1 Os produtos deverão ser de 1º qualidade, entregues embalados, rotulados e transportados de acordo com as condições técnicas exigidas pelo Órgão Fiscalizador competente.
- **2** Os Kits deverão vir etiquetados "Etiqueta de identificação dos Kits" com o respectivo tipo (A ou B), bem como contendo na descrição os itens que o compõe;
- **3** A separação e o carregamento deverão se dar de maneira individualizada (por escola), e nas quantidades especificadas pela SEMEC a cada mês;
- **4** O carregamento individualizado mencionado no item "3" deverá ser feito em local específico, na cidade de Cruzeiro/SP, nos carros da frota (própria ou contratada), que realizará a entrega ponto a ponto, nas unidades escolares;
- **5** Para as entregas, seguir orientação e controle de quantidades por tipo, dia e período estabelecidos pela SEMEC;
- **6** As quantidades de kits solicitadas sofrerão variação mês a mês, em conformidade à demanda e número de matrículas efetivas na rede, bem como em conformidade ao estoque disponível na Cozinha Piloto, saldo das abstenções do mês anterior;
- **7-** Poderão ser modificadas as quantidades de itens por tipo de kit, sem alteração no tipo do produto, objetivando composição orçamentária se necessário;
- **8** Os valores deverão ser mantidos até a finalização do contrato, e não poderão ser substituídos itens por outros, diferentes dos estabelecidos, salvo em caso de comprovada impossibilidade de entrega, e sob a anuência da SEMEC.

Cruzeiro	o, de	de 2021.
	ASSINATURA E CARIMBO	



PREGÃO PRESENCIAL № 025/2021

ANEXO II

DECLARAÇÃO

DECLARO, para os devidos fins, estar ciente de todo o teor constante do presente edital, anexos e minuta de contrato, cumprindo plenamente os requisitos de habilitação neste estabelecidos, conforme art. 4º, inciso VII da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002.

NOME / RAZÃO SOCIAI	L: 		
Representante Legal: _		, RG	, CPF
	, cargo que ocupa		
	Cruzeiro, de	de 2021	
	ASSINATURA F CA	ARIMBO	



PREGÃO PRESENCIAL № 025/2021

ANEXO III

DECLARAÇÃO

DECLARO, para os devidos fins, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação no presente certame, ciente da responsabilidade de declarar ocorrências posteriores, na forma do art. 32, § 2º da Lei Federal nº 8666/93 e alterações.

Cruzeiro	, de	de 2021
	ASSINATURA F CA	RIMBO



PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2021

ANEXO IV

<u>DECLARAÇÃO</u>

, inscrita no CNPJ nº	, por
intermédio de seu representante legal (procuração anexa), Sr. (a) , portador do RG nº	
DECLARA, para os devidos fins do disposto no art. 7, inciso XXX Federal, acrescido pela Lei Federal nº 9854 de 27/10/99, que não e 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e conforme o caso):	(III da Constituição emprega menor do
() não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, () emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de	e aprendiz.
Cruzeiro, de de 2021	
ASSINATURA E CARIMBO	



PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2021 ANEXO V

DECLARAÇÃO

, inscrita no CNPJ nº , por
ntermédio de seu representante legal (procuração anexa), Sr. (a)
e CPF nº
DECLARA, para os devidos fins que não possui entre os proprietários nenhum titular de mandato eletivo no âmbito da Administração Pública Municipal de Cruzeiro.
Cruzeiro, de de 2021
ASSINATURA E CARIMBO



PREGÃO PRESENCIAL № 025/2021

ANEXO VI

DECLARAÇÃO

DECLARO, sob as pena	as da lei, sem p	rejuízo das sanç	ões e multas pi	revistas neste ato
convocatório, que a er	mpresa		(denom	inação da pessoa
jurídica), CNPJ nº			microempresa	ou empresa de
pequeno porte, não h				
último mês, não tendo			-	
3º, § 4º, incisos I a X			•	•
portanto, a exercer o	direito de prefe	•		•
procedimento licitatór	io.			
	Cruzeiro,	_ de	de 2021	
	ASSINA	TURA E CARIME	30	



PREGÃO PRESENCIAL № 025/2021

ANEXO VII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS № ____/2021

Processo Administrativo nº 2624/2021 Pregão Presencial nº 025/2021 – Registro de Preços Validade: 04 (quatro) meses

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO E A EMPRESA , "VISANDO A AQUISIÇÃO DE KITS INDIVIDUALIZADOS DE MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DURANTE O PERÍODO DE SUSPENSÃO DE AULAS POR CONTA DA PANDEMIA DO COVID-19, DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL".

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE CRUZEIRO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF nº 46.668.596/0001-01, com sede nesta cidade à Rua Cap. Neco, 118, centro, doravante denominada simplesmente PREFEITURA, e neste ato representada pelo Secretário Municipal de Educação JOSÉ FAROUK RAFFOUL MOKODSI, RG nº 34.838.79-x e CPF nº 172.385.108-63, em razão do resultado obtido no Pregão Presencial para Registro de Preços nº 025/2021, objeto do processo administrativo nº 2624/2021, regularmente homologado pela autoridade competente, resolve registrar os preços para "A AQUISIÇÃO DE KITS INDIVIDUALIZADOS DE MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DURANTE O PERÍODO DE SUSPENSÃO DE AULAS POR CONTA DA PANDEMIA DO COVID-19, DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL", oferecido pela empresa estabelecida na ______, CNPJ nº ____ , neste ato representada CPF/MF nº por inscrito no ______, observadas as RG nº seguintes cláusulas e condições:



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – Descrição:

O objeto desta ATA é o "REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE KITS INDIVIDUALIZADOS DE MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DURANTE O PERÍODO DE SUSPENSÃO DE AULAS POR CONTA DA PANDEMIA DO COVID-19, DE ACORDO COM ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL".

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 04 (quatro) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 — O objeto registrado nesta Ata será fornecido através de pedido da Secretaria requisitante dirigido diretamente ao vencedor do certame, após a emissão da nota de empenho de despesas emitida pela Secretaria Municipal de Finanças.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO PARA ACEITAÇÃO DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

4.1 – A DETENTORA DA ATA deverá aceitar as condições contratuais, no ato da assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 5.1 O objeto deverá ser entregue nas condições especificadas no anexo I, no município de Cruzeiro/SP, nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Educação.
- 5.1.1 A não entrega do objeto e/ou a não prestação do serviço, injustificada, no prazo solicitado, por apenas uma única vez, importará no direito de a Administração convidar o segundo colocado no registro.
- 5.2 Serão rejeitados os produtos que não estiverem em bom estado de conservação, ou que por qualquer outra característica sejam considerados impróprios para o uso.
- 5.2.1 A empresa contratada ficará obrigada a fornecer os produtos da mesma marca por ela indicada na proposta de preços.
- 5.2.2 As entregas e/ou serviços em desacordo com o solicitado deverão ser corrigidos pelo proponente vencedor, dentro de 10 horas, sob pena de suspensão dos



respectivos pagamentos, sendo que somente será devolvido o item considerado diverso do pedido.

5.3 – A CONTRATADA deverá apresentar: telefone, endereço eletrônico e responsável para contato e envio de pedidos.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS

6.1 – Em conformidade com o modelo de proposta comercial do Anexo I, que será definido depois de declarados os vencedores.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 7.1 Durante o prazo de validade da proposta o preço será o exposto na presente Ata de Registro de Preços, publicada no Órgão de Imprensa Oficial.
- 7.1.1 Os valores poderão ser reajustados na forma expressa no art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei Federal nº 8666/93 e alterações, desde que devidamente justificado e aprovado pela Procuradoria Jurídica.
- 7.1.2 A Municipalidade poderá, a qualquer tempo, rever e reduzir os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, nos termos do disposto no art. 15, inciso V da Lei Federal nº 8666/93 e alterações.
- 7.2 O pagamento será efetuado através de Nota Fiscal/Fatura ou depósito bancário, que será precedido de pedido emitido pela Administração, que procederá o seu pagamento após a entrega do material e da NF, cuja descrição deverá ser idêntica aos materiais entregues e faturados.
- 7.3 O pagamento será realizado no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data da liquidação da Nota Fiscal/Fatura, com vistas do responsável pela gestão do contrato, não sendo admitida outra forma de pagamento, salvo se conciliado previamente entre as partes.
- 7.4 Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições contratadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais disciplinando a matéria.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1 - Da Contratada:

8.1.1 – Manter as mesmas condições de habilitação.



- 8.1.2 Indicar o responsável que responderá perante a Administração por todos os atos e comunicações formais.
- 8.1.3 Arcar com o pagamento de todos os tributos e encargos que incidam sobre o objeto da presente ata de registro, bem como pelo seu transporte até o local determinado para sua entrega.

8.2 - Da Contratante:

- 8.2.1 Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução da Ata de Registro de Preços.
- 8.2.2 Promover o apontamento no dia do fornecimento do objeto, bem como efetuar os pagamentos devidos, nos prazos determinados.
- 8.2.3 Indicar o responsável pela fiscalização e acompanhamento da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1 – Não obstante o fato de que o vencedor será o único e exclusivo responsável pela execução do objeto desta Ata de Registro de Preços, a Administração, através de sua própria equipe ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização na sua execução.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 10.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada no caso de:
- 10.1.1 Persistência de infrações previstas na cláusula décima primeira.
- 10.1.2 Manifesta impossibilidade por parte da Contratada de cumprir as obrigações assumidas, exceto pela ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.
- 10.1.3 Interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração.
- 10.1.4 Demais hipóteses previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, bem como desta Ata.
- 10.1.5 Liquidação judicial ou extrajudicial, concurso de credores ou falência da Contratada.



- 10.1.6 Inobservância da boa técnica na execução do objeto.
- 10.2 O cancelamento da Ata de Registro de Preços unilateralmente pela Administração acarretará as seguintes consequências, sem prejuízo de outras sanções previstas na Lei Federal 8.666/93 e alterações, bem como desta Ata:
- 10.2.1 Assunção imediata do objeto da Ata de Registro de Preços por ato próprio da Administração, lavrando-se termo circunstanciado.
- 10.2.2 Responsabilização por prejuízos causados à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

- 11.1 Pela inexecução total ou parcial do Registro em Ata, a Prefeitura poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à Contratada as seguintes sanções:
- 11.1.1 Advertência.
- 11.1.2 Exclusão do Registro em Ata, no caso de descumprimento das obrigações, desde que notificado e não tenha solucionado o problema ou corrigidos os procedimentos de execução do contrato.
- 11.1.3 Multa de 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor atualizado do contrato, em relação ao descumprimento dos prazos fixados, por dia de atraso injustificado.
- 11.1.4 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do contrato, por sua inexecução parcial.
- 11.1.5 Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor atualizado do contrato, por sua inexecução total.
- 11.1.6 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 – Será competente o Foro da Comarca de CRUZEIRO/SP, que as partes elegem para qualquer procedimento relacionado com o cumprimento da presente Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



- 13.1 O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da Contratada de cumprir os compromissos assumidos até a data de vencimento da mesma.
- 13.2 A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços, se durante a sua vigência constatar que os preços registrados se apresentam superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições da Ata de Registro de Preços, bem como nos casos em que a sua utilização se mostrar antieconômica.
- 13.3 A despesa com a contratação correrá à conta de cada unidade requisitante.
- 13.4 Fazem parte integrante desta Ata, independente de transcrição, as condições estabelecidas no Edital e as normas contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

E por estarem justas e contratadas, firmam a presente Ata, em 03 (três) vias, perante as testemunhas abaixo indicadas, para todos os fins e efeitos de direito.

Cruzeiro,	de	de 2021.
-----------	----	----------

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO JOSÉ FAROUK RAFFOUL MOKODSI SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Testemunhas:		
Nome:	 Nome:	
RG:	RG:	



TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZEIRO CONTRATADO:					
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS № (DE ORIGEM):					
OBJETO: "REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE KITS INDIVIDUALIZADOS DE					
MERENDA ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DURANTE O PERÍODO DE					
SUSPENSÃO DE AULAS POR CONTA DA PANDEMIA DO COVID-19, DE ACORDO COM					
ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO I DO EDITAL".					
Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:					
1. Estamos CIENTES de que:					
a) O ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua					
execução contratual, estarão sujeitos à análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do					
Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;					
b) Poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de					
interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo					
Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;					
c) Além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem					
a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do					
Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993,					
iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do					
Código de Processo Civil;					
d) As informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no					
módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no					
Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração (ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);					
unexa (5),					
e) É de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.					
2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:					
a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente					
publicação;					
b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer					
o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.					
and the state of t					
LOCAL - DATA:					



<u>AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE</u> :						
Nome: THALES GABRIEL FONSECA						
Cargo: PREFEITO MUNICIPAL						
CPF: 341.554.948-5						
E-mail: thales_gabrielf@hotmail.com						
Assinatura:						
RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO) CER	TAME	ου	RATIFIC	AÇÃO	DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:						
Nome: THALES GABRIEL FONSECA						
Cargo: PREFEITO MUNICIPAL						
CPF: 341.554.948-5						
E-mail: thales_gabrielf@hotmail.com						
Assinatura:						
RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:						
<u>Pelo contratante</u> :						
N JOSÉ FAROLIK RAFFOLII MOVORSI						
Nome: JOSÉ FAROUK RAFFOUL MOKODSI						
Cargo: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
CPF: 172.385.108-63						
E-mail: adm.semec@cruzeiro.sp.gov.br						
Assinatura:						
Pela contratada:						
reia contratada.						
Nome:						
Cargo:						
CPF:						
E-mail:						
Assinatura:						
ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:						
Nome: JOSÉ FAROUK RAFFOUL MOKODSI						
Cargo: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
CPF: 172.385.108-63						
E-mail: adm.semec@cruzeiro.sp.gov.br						
Assinatura:						